

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL- EaD

MARIA CLARA RÊGO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

A FORMAÇÃO DE GESTORES EDUCACIONAIS FRENTE O SISTEMA DE
OPRESSÃO DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE
UMA ANÁLISE DO PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
EDUCACIONAL DA UFAL

Maceió, AL
2024

MARIA CLARA RÊGO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

A FORMAÇÃO DE GESTORES EDUCACIONAIS FRENTE O SISTEMA DE
OPRESSÃO DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE: UMA ANÁLISE DO PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
EDUCACIONAL DA UFAL

Artigo científico apresentado ao curso de especialização em Gestão
Educativa – EaD, lato sensu, da Universidade Federal de Alagoas, como
requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão
Educativa.

Orientadora: Profa. Dra. Lana Lisiêr de Lima Palmeira

Maceió, AL

2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA CLARA RÊGO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

A FORMAÇÃO DE GESTORES EDUCACIONAIS FRENTE O SISTEMA DE OPRESSÃO DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE: UMA ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL DA UFAL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de Pós-graduação em Gestão Educacional da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 19 de março de 2025.



Documento assinado digitalmente
LANA LISIER DE LIMA PALMEIRA
Data: 23/04/2025 12:13:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora – Profa. Dra. Lana Lisiér de Lima Palmeira

Banca examinadora: 1



Documento assinado digitalmente
RODRIGO PEREIRA
Data: 25/04/2025 23:46:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador/a- Prof. Dr. Rodrigo Pereira

A formação de gestores educacionais frente o sistema de opressão de raça, gênero e classe:
uma análise do PPP do curso de especialização em gestão educacional da UFAL

Maria Clara Rêgo Tenório de Albuquerque

RESUMO

Investigar a maneira pela qual os cursos de formação de gestores estão discutindo as categorias de raça, gênero e classe se faz de fundamental importância, uma vez existente a Lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da educação básica, além Resolução nº1/2004 do Conselho Nacional de Educação, que traz a obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico-Raciais nos cursos de formação de profissionais da educação. Ainda que a obrigatoriedade da discussão de gênero e classe não esteja implicada nas leis mencionadas, compreendemos que a interseccionalidade de tal discussão é fulcral eis que os marcadores sociais de raça, gênero e classe, atravessam a vida escolar, pessoal e coletiva de estudantes. Não somente docentes necessitam de uma formação que abarque tais discussões, mas também os gestores educacionais, dado a competência de gerir o locus educacional. A partir do exposto, o presente artigo objetiva analisar o projeto político pedagógico do curso em que estamos inseridas e buscamos responder a problemática da pesquisa, a saber: se e como, as categorias de raça, gênero e classe se fazem presentes no PPP do curso de especialização em gestão educacional vinculado à Universidade Federal de Alagoas. A escolha do PPP como documento analítico justifica-se na sua importância, compreendida este como um documento valioso, uma vez que nele se encontra descrito a construção curricular de um curso voltado a Gestão Educacional ofertado pela maior instituição universitária pública do Estado de Alagoas. Foi feito um estudo bibliográfico com o objetivo de conceituar o documento e a relacioná-lo com a interseccionalidade das categorias de conteúdo raça, gênero e classe (Albuquerque, 2021; Bell Hooks, 2013, 2018, 2021a, 2021b, 2022; Gonzalez; Hasenbalg, 2022; Gomes, 2019; Ratts; Rios, 2010; e Rios; Lima, 2020) e suas implicações no processo educativo de estudantes. Como considerações finais, inferimos que o projeto político pedagógico do curso de especialização em gestão educacional não apresenta uma discussão em torno das categorias de análise investigadas, o que urge a necessidade de sua atualização de forma conjunta e democrática com o corpo docente e discente, caso o mesmo seja replicada a outras turmas. A formação de gestores educacionais com o perfil egresso apto a compreender a maneira pela qual o sistema de opressão de raça, gênero e classe interfere na vida escolar de estudantes colabora para uma educação que vise a superação e a não reprodução de desigualdades sociais. Sendo assim, concluímos que o referido curso tem um grande potencial na formação de gestores críticos no combate às formas de discriminação no sertanejo alagoano e no território que se estende o estado de Alagoas, caso venha a olhar com mais cautela as questões centrais aqui trazidas.

Palavras-chave: cursos de formação de gestores; gênero; interseccionalidade; projeto político do curso; raça.

¹ Atualmente é mestranda do PPGEDU na Universidade Federal da Bahia (2022-atual) na linha de pesquisa: Política e gestão da educação, e discente do curso de especialização em Gestão Educacional, ofertado pela Universidade Federal de Alagoas (2023-atual). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (2021). mariacларarego_@outlook.com

ABSTRACT

Investigating how management training courses address the categories of race, gender, and class is of fundamental importance, especially considering Law 10.639/03, which mandates the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture in the basic education curriculum, as well as Resolution No. 1/2004 of the National Education Council, which requires Education on Ethnic-Racial Relations in the training courses for education professionals. Although the mandatory discussion of gender and class is not included in the aforementioned laws, we understand that the intersectionality of such discussions is crucial, as the social markers of race, gender, and class intersect with students' school, personal, and collective lives. Not only do teachers require training that includes such discussions, but educational managers also need this knowledge, given their role in overseeing educational spaces. In light of this, the present article aims to analyze the political-pedagogical project (PPP) of the course we are enrolled in and seeks to answer the research question: whether and how the categories of race, gender, and class are present in the PPP of the specialization course in educational management at the Federal University of Alagoas. The choice of the PPP as an analytical document is justified by its importance, as it is considered a valuable document that outlines the curricular structure of a course focused on Educational Management offered by the largest public university in the state of Alagoas. A bibliographic study was conducted to conceptualize the document and relate it to the intersectionality of the content categories of race, gender, and class (Albuquerque, 2021; Bell Hooks, 2013, 2018, 2021a, 2021b, 2022; Gonzalez; Hasenbalg, 2022; Gomes, 2019; Ratts; Rios, 2010; and Rios; Lima, 2020) and their implications in the educational process of students. As final considerations, we infer that the political-pedagogical project of the specialization course in educational management does not present a discussion around the investigated categories of analysis. This highlights the urgent need for its revision in a collaborative and democratic manner with the teaching staff and students, especially if the course is to be replicated for other cohorts. Training educational managers with a graduate profile capable of understanding how the oppression systems of race, gender, and class interfere with students' school lives contributes to education that aims to overcome and not reproduce social inequalities. Thus, we conclude that the course has great potential to train critical managers in combating discrimination in the Alagoas countryside and across the state. However, it must address the central issues presented here with greater care.

Keywords: Management training courses; intersectionality; race; gender; course political project.

1 INTRODUÇÃO

A elaboração do projeto político pedagógico (PPP) conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, Lei nº 9394/96, é uma responsabilidade e dever das instituições de ensino brasileiras, sejam estas dos níveis básico ou superior. A referida Lei afirma, em seu artigo 12, que: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica” (Brasil, 1996, Art.12).

Ao discorrer sobre a prescrição legal do PPP, Veiga (2009, p. 164) vai afirmar que este “[...] está sustentado na ideia de que a escola deve assumir, como uma de suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa”. Sendo assim, como o nome do próprio

documento afirma, há uma intencionalidade, uma posição política implicada na sua elaboração, não existindo a neutralidade como forma de expressão. A autora ainda continua a seu pensamento, dizendo que:

É necessário que se afirme que o projeto político-pedagógico exige uma reflexão acerca da concepção de educação e sua relação com a sociedade e a escola, o que não deixa de lado uma reflexão sobre o homem a ser formado, as questões vinculadas à cidadania, ao trabalho e à consciência crítica (Veiga, 2009, p. 164, grifo nosso).

Mediante ao exposto não há como pensar a elaboração do PPP ausente de uma reflexão crítica, uma vez ainda que este cumpre, em resumo, dois papéis fundamentais: a) orientação do trabalho pedagógico, e b) o fomento à gestão democrática. A orientação do trabalho pedagógico justifica-se na explicitação no PPP nos seguintes elementos: componentes curriculares, carga horária, fundamentos teórico-metodológicos, objetivos de aprendizagem e sua metodologia, como também as formas de avaliações presentes na instituição de ensino. Já no que se diz respeito à gestão democrática, justificamos sua importância a partir de Veiga (2009, p. 165, grifo nosso) quando a pesquisadora vai afirmar que: “A ideia-chave de projeto é, então, de unidade e considera o coletivo em suas dimensões de qualidade técnico-política e de democracia participativa. A construção, a execução e a avaliação do projeto são práticas sociais coletivas, fruto da reflexão e da consistência de propósitos e intencionalidades”.

Levando em consideração a construção história sociocultural do Brasil e a maneira pela qual as formas de opressão material e simbólicas foram impostas no cenário brasileiro, é indissociável a relação que o sistema de opressão opera na vida de estudantes brasileiros antes mesmos destes ingressarem na rede de ensino. Conforme afirmam Gonzalez e Hasenbalg (2022, p. 121):

Transcorridos mais de noventa anos desde a abolição do escravismo, a população negra brasileira continua concentrada nos degraus inferiores da hierarquia social. Em contraste com a população branca, parte majoritária da população negra localiza-se nas regiões menos desenvolvidas do país. Seu acesso ao sistema educacional é restringido, particularmente aos níveis de instrução mais elevados.

Ainda que os autores apontem na citação acima apenas a categoria raça e classe, não podemos deixar de fora a maneira pela qual a categoria gênero intersecciona nas experiências dos sujeitos, gerando assim novas formas de desigualdade e opressão no acesso e permanência aos diferentes níveis de ensino. A respeito da interseccionalidade, Akotirene (2019, p. 14) vai discorrer que esta categoria de método aqui apreendida “[...] visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e

sobreposição de gênero, raça e classe [...]”. A respeito da interseccionalidade das categorias de raça, gênero e classe, e sua relação de opressão e subordinação, Bell Hooks (2018, p. 45) vai ao encontro do que é afirmado por Akotirene (2019) quando infere que: “Como grupo, as mulheres negras estão numa posição peculiar na sociedade, não apenas porque, em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque o nosso status social é inferior ao de qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe”.

Pensando nesta conjuntura, o movimento negro foi fundamental “[...] para que as ações afirmativas se transformassem em questão social, política, acadêmica e jurídica em nossa sociedade [...]” (Gomes, 2019, p. 15), sendo formalizadas como políticas afirmativas. Podemos verificar, por exemplo, a promulgação da Lei nº 10.639/03 que vem com o objetivo de instruir a obrigatoriedade no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da educação básica brasileira, bem como a Resolução nº1/2004 do Conselho Nacional de Educação, que traz a obrigatoriedade da educação das relações étnico-raciais nos cursos de licenciatura. Desse modo, “Podemos dizer que o movimento negro contribui para ampliar o aspecto cultural e político dos brasileiros” (Ratts e Rios, 2010, p. 84), uma vez que luta pela reparação das desigualdades sociais através das políticas afirmativas de acesso e permanência à educação escolar.

Ainda que com muitas conquistas ao longo dos anos, diversos ainda são os desafios enfrentados com vistas a superar o sistema de opressão que atravessa a vida das/dos estudantes brasileiros. Para Gonzalez e Hasenbalg (2022, p. 116) as “[...] causas das desigualdades raciais não devem só ser procuradas no passado, mas que elas também operam no presente”. Esta afirmação torna-se de fundamental importância, uma vez que o PPP é um documento vital no processo de escolarização de estudantes, na medida em que pode ser um instrumento de reprodução de tais desigualdades sociais ou ainda de enfrentamento ao sistema de opressão a depender da maneira pela qual o mesmo é elaborado. Pelas citações mencionadas, justificamos a escolha das categorias de raça, gênero e classe, e a sua respectiva interseccionalidade, uma vez que as mulheres negras e das classes economicamente pobre se encontram nos níveis mais altos de opressão, o que resulta na vulnerabilidade da sua condição para com o processo formacional, quando esta está inserida no espaço educacional. Justificamos a relevância do presente estudo uma vez que “O projeto político-pedagógico tem sido objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino” (Veiga, 1998, p. 11).

Sendo assim, a problemática deste estudo se concentra em: “Como está expressa as categorias raça, gênero e classe no PPP do curso de especialização em gestão educacional tendo em vista a presença do sistema de opressão de raça, gênero e classe na vida das/dos estudantes?”.

O presente estudo ainda teve por objetivo analisar, a partir do projeto pedagógico do curso de especialização em Gestão Educacional, vinculado à Universidade Federal de Alagoas, se e como as categorias de raça, gênero e classe se fazem presentes no mesmo. Dentre os objetivos específicos elencados, se encontram: a) Apresentar a definição do PPP e discutir sua importância; b) Analisar como se dá a construção curricular do curso, focando na ausência ou presença das categorias de estudo; c) Contabilizar a incidência das categorias de análise; e d) Identificar se as diretrizes da Lei nº 10.639 se faz presente na formação de gestores educacionais.

Faz-se ainda necessário destacar que inicialmente tinham-nos como objetivo do estudo investigar os planos dos componentes curriculares, pois poderíamos aprofundar as evidências daquilo que pretendíamos alcançar. Entretanto, devido à não disponibilização pública de tal documento, acabamos voltando a análise apenas aos Projeto Pedagógico de Curso.

Para a realização deste estudo ainda foi feita uma revisão bibliográfica com vistas a conceituar os elementos centrais aqui apresentadas como o Projeto Político Pedagógico (Gadotti, 1994; Veiga, 1998; Veiga, 2009) e a interseccionalidade das categorias de raça, gênero e classe (Albuquerque, 2021; Bell Hooks, 2013, 2018, 2021a, 2021b, 2022; Gonzalez; Hasenbalg, 2022; Gomes, 2019; Ratts; Rios, 2010; e Rios; Lima, 2020). Ainda se compreende, enquanto aspecto metodológico, que este estudo adota a abordagem qualitativa, uma vez que tal pesquisa “[...] não tem como fim atender à ordem de uma produção intelectual regulada por grupos de pesquisa hegemônicos, imperiais, colonizadores” (Macedo, Galeffi e Pimentel, 2009, p. 59), do mesmo modo em que trabalha no campo dos valores e sentidos, não se preocupando com a quantificação dos processos (Minayo, 2022).

O artigo encontra-se dividido para além desta introdução, em seções teóricas, onde aprofundamos a definição e relação do PPP com o sistema de opressão que opera na vida de discentes, e em um segundo momento, descrevemos a análise obtida a partir do PPP do curso em Gestão Educacional que substancia a especialização ora cursada. Por fim, tem-se as considerações finais do estudo, na qual se observa a ausência das Leis norteadoras das discussões de raça, como também a não identificação de disciplinas obrigatórias e optativas que faça a elucidação das desigualdades educacionais frente às categorias de raça, gênero e classe.

2. BREVES INCURSÕES ACERCA DO CONCEITO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SEU ELO FUNDANTE COM AS CATEGORIAS RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL

Conforme já levantado nas linhas iniciais deste artigo, o projeto político pedagógico é um documento vital para o processo político-pedagógico de toda a instituição de ensino, uma vez que

este norteia todos os demais processos que envolvem a relação ensino-aprendizagem, implicando diretamente na vida das/dos estudantes. Ao refletir sobre o conceito de “projeto”, Gadotti (1994, p. 579) vai afirmar que:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa de estado melhor do que o presente.

Ao relacionar o projeto no campo educacional, compreendemos que este pode assumir dois papéis, sendo o de reproduzir as formas de desigualdades existentes ou a de enfrentar o sistema de opressão com vistas à emancipação das/dos discentes. Diante disso, o PPP cumpre um papel fundamental neste processo, uma vez que neste está descrito a “[...] organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula [...]” (Veiga, 1998, p. 12). Sendo assim, faz-se necessário uma reflexão crítica durante a elaboração do PPP pelos seus agentes, uma vez que neste está descrito a organização da escolar (processos rotineiros, técnicos e pedagógicos), mas também a base filosófica e referências teóricas que sustentam todo o trabalho educacional a ser realizado.

Ainda que muitas conquistas tenham sido efetivadas com vistas o enfrentamento das desigualdades sociais, mais precisamente das opressões de raça, gênero e classe (que aqui buscamos dar destaque) verificamos que ainda há percalços a serem superados no campo educacional. Conseguimos identificar tais desafios a partir de Rios e Lima (2020, p. 160) quando nos afirmam que:

Em termos de educação, por exemplo, é importante enfatizar que uma visão depreciativa dos negros é transmitida nos textos escolares e perpetuada em uma estética racista constantemente transmitida pela mídia de massa. Se adicionarmos o sexismo e a valorização dos privilégios de classe, o quadro fica então completo.

Dessa forma, a elaboração de um projeto político pedagógico de curso que identifique a perpetuação das desigualdades com vistas a superá-las se faz de fundamental importância, especialmente nos cursos de formação dos profissionais da educação, pois estas/estes terão um papel fundamental na construção e orientação de um currículo crítico que enfrente as desigualdades e injustiças postas na vida dos discentes.

Ao trazer a cena a ideia acima, não se pode deslembrar que, assim como os currículos, os projetos pedagógicos não apresentam neutralidade e isenção de seus conteúdos, sendo elaborado por pessoas que assumem determinados locais sociais e que também possuem marcadores de várias naturezas, dentre eles ideológicos.

Como muito bem ensinam Moreira e Silva (1999, p.7):

:

[...]o currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação

Importante mencionar que, em sua obra *Ideologia e currículo*, Apple (1982) declina que as instituições de ensino não controlam apenas pessoas, mas também significados.

Nesse segmento de ideias, o autor apregoa que:

Desde que preservam e distribuem o que é considerado como o “conhecimento legítimo” – o conhecimento que “todos devemos ter” -, as escolas conferem legitimação cultural ao conhecimento de grupos específicos. Mas isto não é tudo, pois a capacidade de um grupo tornar seu conhecimento em “conhecimento para todos” está relacionada ao poder desse grupo no campo de ação político e econômico mais amplo. Poder e cultura, então, precisam ser vistos, não como entidades estáticas sem conexão entre si, mas como atributo das relações econômicas existentes numa sociedade. Estão dialeticamente entrelaçados, de modo que poder e controle econômico estão interligados com poder e controle cultural (Apple, 1982, p.98).

Por isto, com base nas vertentes até aqui levantadas, buscamos analisar na seção seguinte o PPP do curso de especialização em Gestão Educacional da especialização que se finda com este trabalho, buscando deixar como contribuição uma semente que possa germinar em outros cursos desta natureza, já que os gestores cumprem um papel fundamental na orientação do trabalho pedagógico e na comunicação com alunos, família e toda a comunidade escolar.

3. UMA CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES

Anterior à apresentação da análise do projeto político pedagógico de curso, faz-se necessário realizar alguns destaques em torno desta etapa do estudo. O primeiro elemento a ser destacado foi a ausência do PPP para o acesso público no site na coordenadoria institucional de Educação à Distância (Cied). Devido a este fator, foi necessário o contato com a tutora do curso, de modo que o PPP fosse disponibilizado via WhatsApp, uma vez que este era o meio de comunicação mais utilizado entre discentes e tutora.

2

Os tutores, cuja formação deve ser prioritariamente na área do curso ou em áreas afins, atuam como um elo entre os estudantes e a Instituição. Cumprem ainda o papel de facilitadores da aprendizagem, esclarecendo dúvidas, reforçando a aprendizagem, coletando informações sobre os estudantes para a equipe [...] (Cied, 2022, p. 16).

Assim, superada esta fase e com o acesso, não da forma mais correta, se assim podemos dizer, e sim da forma possível, passou-se à etapa de análise, em que se percebeu que o PPP se encontrava em processo de elaboração, uma vez que havia comentários e marcações ao longo do texto. Entretanto, foi possível identificar os elementos gerais como justificativa, contextualização e organização curricular do curso de especialização em Gestão Educacional, o que não interferiu no alcance dos objetivos traçados neste estudo.

Abaixo, apresentamos uma breve contextualização do curso, seguido da identificação acerca da presença ou não das categorias raça, gênero e classe no PPP ora analisado, qual seja o do curso de especialização em Gestão Educacional ofertado pela Universidade Federal de Alagoas.

3.1 Contextualização do Curso de Especialização em Gestão Educacional da UFAL

O PPP do curso de especialização em Gestão Educacional encontra-se dividido nos seguintes tópicos: dados de identificação, introdução, justificativa, objetivos geral e específicos, público-alvo, perfil do egresso, caracterização do curso EAD, linhas de pesquisa do curso, coordenação do curso, carga horária, local, período e periodicidade, estrutura curricular, ementa e bibliografia das disciplinas, disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, avaliação, critérios de seleção, trabalho final do curso, certificação e, por fim, as referências bibliográficas mencionadas ao longo do documento.

O curso de especialização em Gestão Educacional é ofertado na modalidade EaD, pela Universidade Federal de Alagoas, campus do Sertão. A oferta, feita anualmente, comporta até 60 (sessenta) estudantes ingressos que já possuem um diploma de graduação, sendo este um requisito para a inscrição e matrícula. Após o cumprimento das 360 horas de curso, o estudante egresso recebe a habilitação em Especialista em Gestão Educacional.

Ao fazer a leitura do PPP percebe-se o esforço das/dos autores em contextualizar o curso, apontando principalmente sua localidade ofertada: região sertaneja alagoana, e a modalidade do curso, sendo este um curso à distância. A importância e relevância da oferta à distância do referido curso, justifica-se no documento pela distância das pessoas-alvo que: “[...] habitam longe de lugares que ofertam cursos presenciais, que geograficamente não podem sair para se qualificar e nem se ausentar do seu trabalho” (Cied, 2022, p. 6). O documento ainda descreve a relevância de ser ofertado na região sertaneja, uma vez que o curso de Gestão Educacional é o único de especialização lato sensu em Delmiro Gouveia, sendo de fundamental importância para a formação continuada dos egressos das licenciaturas do Campus do Sertão e regiões.

Conforme nos aponta o PPP o objetivo geral do curso se concentra em: “Proporcionar formação continuada aos profissionais da educação no campo da gestão educacional” (Cied, 2022,

11 p. 8). Ao descrever a concepção de gestor educacional, verificamos que a instituição o compreende

não enquanto cargo, mas sim como uma função extremamente necessária que compõe a estrutura

organizacional em todas as instituições de ensino brasileiras, sendo competente a esta função a

organização de “[...] processos, políticas e ações administrativas e pedagógicas em cuja articulação

Mediante o acima exposto verifica-se que o papel do gestor escolar é de extrema importância, subsidiará as metas, as definições políticas e as práticas escolares, a partir da compreensão de importância, uma vez que esta/este garantirá o planejamento e execução dos trabalhos pedagógicos gestão como um espaço de encontro entre o estado e a sociedade civil na escola” (Cied, 2022, p. 9). técnico da instituição de ensino. Levando em consideração a maneira pela qual o sistema de

opressão opera nas vidas das/dos estudantes, interferindo diretamente no acesso e permanência à

educação nos seus diferentes níveis e etapas, o planejamento e execução de políticas, ações

administrativas e pedagógicas, conforme mencionado no PPP do curso, faz-se ainda necessário e

urgente o trabalho do gestor escolar.

Desde modo, apresentaremos na subseção abaixo a análise do documento com vistas a

perceber se e como as categorias de raça, gênero e classe se fazem presentes no PPP do curso em comento.

3.1.1 A gestão escolar e sua importância no enfrentamento das desigualdades sociais no campo educacional

A fim de darmos início à análise do PPP, trazemos abaixo a organização curricular do curso com vistas a identificação dos elementos centrais aqui rastreados, a saber: raça, gênero e classe, e sua respectiva implicação no trabalho da gestão escolar com vistas ao enfrentamento das desigualdades na vida de estudantes.

Tabela 1 – Organização curricular no primeiro semestre de curso

1º SEMESTRE			
CÓD.	FORMATO	C.H	DISCIPLINA
	EaD EaD	30	Políticas Públicas e Gestão Educacional
	EaD	45	Fundamentos Filosóficos, Políticos e Sociais da Gestão Educacional
	EaD	15	Optativa
	EaD	15	Tecnologias Digitais aplicadas à Gestão
		30	Processos metodológicos da pesquisa científica I

Fonte: Cied, 2022.

Dentre as 05 (cinco) disciplinas que são trabalhadas no primeiro semestre de curso, apenas uma possui uma aproximação com as categorias aqui investigadas, sendo esta a disciplina de “Fundamentos políticos e sociais da gestão educacional democrática” por apresentar em sua bibliografia referenciais voltados à discussão do trabalho, e porventura da organização da sociedade em classes. Entretanto, ainda não foi identificada na bibliografia das disciplinas a relação da discussão com o sistema de opressão.

Abaixo, apresentamos a organização curricular no segundo semestre de curso:

Tabela 2 – Organização curricular no segundo semestre de curso

2º SEMESTRE			
CÓD.	FORMATO	C.H	DISCIPLINA
	EaD	30	Financiamento da Educação, Aplicação e Gestão de Recursos
	EaD	30	Planejamento Escolar e Projeto Pedagógico
	EaD	30	Práticas de Gestão I: Conselhos Escolares
	EaD	15	Optativa
	EaD	30	Elaboração de Monografia

Fonte: Cied, 2022.

Conforme verificamos na tabela acima, das 05 (cinco) disciplinas ofertadas no segundo semestre de curso, nenhuma possui relação com as categorias aqui mencionadas. A ausência desta discussão leva-nos a pensar que tal lacuna perpassa por um contexto sociocultural que objetiva não reconhecer a maneira pela qual as desigualdades são atravessadas nas experiências de aprendizagens das/dos educandos. Uma ausência desta natureza, na nossa concepção, deixa de fora um das funções primordiais da instituição educacional eis que a escola cumpre um papel fundamental como reprodutora ou reparadora destas desigualdades, a depender da maneira pela qual a proposta, pressupostos e princípios pedagógicos estão sendo vivenciados na escola. Conforme nos afirma Rios e Lima (2020, p. 39):

[...] não teremos dificuldade em perceber o que o sistema de ensino destila em termos de racismo: livros didáticos, atitudes dos professores em sala de aula e nos momentos de recreação apontam para um processo de lavagem cerebral de tal ordem que a criança continua seus estudos e por acaso chega ao ensino superior já não se reconhece mais como negra.

Sendo assim, a importância do papel do gestor escolar formado para combater situações de discriminação e preconceito é necessária e urgente, uma vez tais situações existentes em nossa sociedade acabam por refletir conflitos, ainda que camuflados, nos muros adentro das instituições de ensino. Abaixo, apresentamos a Tabela 3 – Organização curricular no terceiro semestre de curso, juntamente com sua análise, e dos demais aspectos identificados no PPP estudado.

Tabela 3 – Organização curricular no terceiro semestre de curso

3º SEMESTRE			
CÓD.	FORMATO	C.H	DISCIPLINA
	EaD	30	Processos metodológicos da pesquisa científica II-
	EaD	15	Seminário de Pesquisa
	EaD	30	Optativa
	EaD	30	Práticas de Gestão II: Organização Curricular na
	EaD	30	Perspectiva da BNCC
			Elaboração de Monografia

Fonte: Cied, 2022.

Ao realizar a leitura das bibliografias das disciplinas acima mencionadas, verificamos, mais uma vez, a ausência das discussões aqui defendidas nesta etapa do curso.

Conforme verificado nas tabelas acima não há menção de disciplinas obrigatórias que objetivem a discussão em torno da relação do sistema de opressão de raça, gênero e classe, e sua implicação no trabalho da gestão escolar. Sendo assim, como identificado nas tabelas de organização curricular, há disciplinas optativas, que elencamos abaixo juntamente com a identificação da presença ou ausência das categorias de análise aqui investigadas.

Das disciplinas optativas mencionadas no PPP do curso, verificamos que estão presentes: a) Tópicos especiais em gestão educacional; b) Desenvolvimento Humano e gestão de pessoas; c) Política de inclusão e gestão educacional; d) Práticas de gestão II: organização curricular na perspectiva da BNCC; e) Avaliação da educação básica; e f) Políticas de educação de jovens e adultos.

Ao verificar detalhadamente a bibliografia e ementa das disciplinas optativas, identificamos a ausência das categorias investigadas neste estudo.

De acordo com Bell Hooks (2013, p. 55): “A falta de disposição de abordar o ensino a partir de um ponto de vista que inclua uma consciência da raça, do sexo e da classe social tem suas raízes, muitas vezes, no medo de que a sala de aula se torne incontrolável [...]”. Corroboramos com a pesquisadora, e compreendemos também que a ausência desta discussão está arraigada no posicionamento político de que as/os estudantes são os únicos responsáveis pelo o seu sucesso/fracasso escolar, excluindo a interferência das desigualdades neste processo, ainda que assumida de forma consciente ou inconsciente nos projetos políticos pedagógicos.

De modo a averiguar as menções das categorias raça, gênero e classe nos demais capítulos do PPP, foi delineado como objetivo específico a contabilização das incidências das categorias: raça, gênero e classe ao longo do documento. Para tanto, o documento, disponibilizado em formato Word, foi aberto no programa e utilizamos a opção de “localização” com vistas a identificar tais descritores.

Após a busca, identificou-se que nas 30 (trinta) páginas do PPP, documento este de extrema importância para o curso de formação em gestão educacional, o qual retornará para a sociedade sertaneja e alagoana especialistas em gestão escolar, não há uma única menção no corpo do texto e referências bibliográficas das categorias aqui investigadas.

Ainda que não mencionadas explicitamente as categorias de raça, gênero e classe nos documentos pedagógicos, verificamos que este fator não implica diretamente na ausência das discussões ofertadas pelos docentes durante os encontros síncronos e assíncronos das disciplinas. Caso tais discussões ocorram, faz-se de extrema importância mencioná-las no projeto político de curso, a fim de que seja documentado o trabalho pedagógico realizado. Ao mesmo tempo, verificamos o quão importante é mencionar essa temática no PPP, de modo que se torne uma prática e fundamento de todo o corpo docente, não deixando apenas para aqueles e aquelas professores que compreendem a necessidade de tal discussão.

Interessante refletir que ainda que o curso mencione a modalidade EaD, apontando a sua relevância e importância no cenário sertanejo, verificamos que essa contextualização é ausente de uma discussão de raça, gênero e classe. Ainda que a educação à distância possibilite o acesso de estudantes que não teriam condições de realizar a especialização de forma presencial, verificamos o modo esta modalidade está implicada em fatores socioculturais não mencionados no documento. Inicialmente, faz-se importante dar o destaque ao público alvo do curso de especialização sendo este “[...] estudantes egressos dos cursos de licenciatura da UFAL, Campus do Sertão, bem como professores que atuam na rede municipal ou estadual da região sertaneja e os membros das equipes diretivas das respectivas escolas” (Cied, 2022, p. 8).

Conforme apresentado em estudos e pesquisas anteriores, “[...] professores não são somente pessoas situadas numa classe. São também pessoas situadas num gênero específico, algo que é demasiado frequentemente negligenciado por muitos pesquisadores” (Apple, 1987, p. 5). Desse modo, verificamos que ainda que o contexto EaD possibilite uma ideia de liberdade no acesso a educação continuada, esta ideia também precisa ser associada às condições econômicas e sociais do seu público-alvo.

Conforme nos apresenta Bell Hooks (2021a, p. 72): “[...] trabalhar fora de casa não significava que o trabalho dentro de casa seria igualmente compartilhado com o parceiro”, sendo assim, não há como deixar de pensar na interferência de elementos externos durante os estudos EaD, uma vez que a compreensão de que o lar é espaço exclusivo de responsabilidade e trabalho da mulher.

Albuquerque (2021), em seu estudo, vai inferir que a respeito das condições de permanência de mulheres no curso de licenciatura em Pedagogia da Ufal, quando as mesmas carregam o fardo do sexismo e da opressão de classe durante a jornada educacional, refletindo assim na tripla jornada de

15 trabalho, enquanto estudante, trabalhadora assalariada (maternidade e cuidados com a casa)

e

salariada. Se incluirmos a categoria raça nesta equação, verificamos como essa problemática fica

ainda mais complexa por interseccionar o racismo, gerando assim, novas formas de opressão.

A

respeito do acesso de estudantes negras e negros no campo acadêmico, Rios e Lima (2020, p. 18)

vai inferir que sua entrada: “[...] fortaleceu e revigorou o debate sobre raça e gênero. Um novo

perfil de alunos passou a ocupar os bancos e a cena das universidades, produzindo muito mais do

que uma diversidade social e racial do corpo discente”. Entretanto, ainda que a discussão possa se

fazer presente à nível de graduação, verificamos a partir do PPP que o curso de pós-graduação ainda

precisa incorporar tais elementos enquanto posição política e pedagógica, principalmente Após a leitura do PPP e busca pelos descritores de raça, gênero e classe, ainda foi

quando tal

identificado a ausência de menção à Lei nº 10.639 de 2003 que institui a obrigatoriedade do ensino nível é compreendido como “formação continuada” necessário assim, dar um de história e cultura afro-brasileira na educação escolar brasileira. Apesar de que o público-alvo do aprofundamento ao

curso sejam gestores escolares e não necessariamente professores, não há como pensar a gestão que os discentes já se aproximaram enquanto tema e discussões nos cursos de graduação. Ao escolar dissociada do trabalho pedagógico. Sendo assim, faz-se necessário inserir na formação. mesmo tempo, verificamos em Belf Hooks (2021b, p. 194) que Instituições de ensino superior continuada de gestores Leis, resoluções, ementas, referenciais teóricos e demais

dada fizeram parte de um projeto de ensino limitado e colonizador sobre racismo e metodologia política de ensino. necessária a introdução e aprofundamento do enfrentamento ao racismo e demais

Dessa forma, com base em todo o exposto, a seguir apresentamos as considerações finais do formas de discriminação nos diferentes níveis de formação no campo educacional. estudo, apontando os elementos em destaque das etapas investigativas e dos resultados obtidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi proveniente do curso de especialização em Gestão Educacional vinculado à Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão, em que se despertou para a necessidade de analisar o próprio projeto político pedagógico do curso, a fim de avaliar o alcance do mesmo acerca dos elementos aqui buscados. Para o andamento da análise, foi necessário um estudo bibliográfico com vistas a conceituar o que é o documento projeto político pedagógico, como também, as categorias de análise aqui escolhidas, sendo estas: raça, gênero e classe, e a sua respectiva interseccionalidade. A escolha da interseccionalidade como categoria de método

16 justifica-se na compreensão de que o entrecruzamento das via identitárias geram novas formas de

opressão, tendo em vista o racismo, sexismo e opressão de classe, fazendo com que mulheres negras

da classe economicamente pobre se encontrem na base da pirâmide social.

Enquanto etapa investigativa foi feito o estudo de referências bibliográficas, como as

produções de Veiga (1998, 2009) e de Gadotti (1994) para conceituar e apresentar os objetivos do projeto político pedagógico, e sua respectiva importância para a instituição escolar, como também, foi feito o uso das produções de Albuquerque, 2021; Bell Hooks, 2013, 2018, 2021a, 2021b, 2022; Gonzalez; Hasenbalg, 2022; Gomes, 2019; Ratts; Rios, 2010; e Rios; Lima, 2020, para realizar uma discussão em torno das categorias de análise raça, gênero e classe, e suas implicações no processo educacional de estudantes. Além disso, realizamos o diálogo com leis e resoluções, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 1996, a Lei nº 10.309 de 2003, além da Resolução nº 1 de 2004, com vistas a justificar a relevância do tema aqui proposto.

A partir da análise realizada no PPP com o arcabouço teórico aqui esboçado, percebeu-se que o referido documento não apresenta no corpo do texto e nem em suas referências bibliográficas, sejam estas referências dos componentes curriculares ou dos textos mencionados ao longo dos capítulos, a alusão às categorias de raça, gênero e classe. Foi identificada apenas uma disciplina no primeiro semestre de curso, intitulada como “Fundamentos políticos e sociais da gestão educacional democrática” que faz menção ao trabalho, e porventura, à categoria classe, ainda que esta última não de forma explícita. Portanto, verificamos a importância de um estudo futuro que vise identificar a partir dos planos das disciplinas e ida a campo com docentes e discentes do referido curso, a fim de compreender se e como as categorias de raça, gênero e classe, como as Leis 10.639/2003 e a Resolução nº1 de 2004 se fazem presentes no curso.

Ainda foi percebido o esforço das/dos autores do PPP em realizar a identificação do curso, sendo este um curso à distância, destacando a sua respectiva importância com vistas a alcançar seu público-alvo impossibilitado de realizar um curso presencial. Além disso, o PPP apresenta que o curso é ofertado no Campus Sertão, sertanejo do Estado de Alagoas carente de formação para gestores educacionais, uma vez que este curso é o único em gestão escolar ofertado no sertão alagoano. Interessante ainda pontuar a compreensão das/dos autores em conceituar a/o “gestor (a)” como uma função que está para além de um cargo na instituição escolar. Função esta que é de extrema importância para o andamento das atividades escolares, que dirige, orienta e formula de forma conjunta e democrática as propostas pedagógicas das escolas e demais encaminhamento técnicos. Esclarecemos a necessidade e urgência do gestor pedagógico com vistas o enfrentamento das desigualdades sociais que acabam por interferir nas condições de escolarização das/dos estudantes brasileiros.

Justificamos ao longo do trabalho a necessidade explícita no PPP do enfrentamento político do sistema de opressão de raça, gênero e classe, uma vez que este interfere diretamente na oportunidade de acesso e permanência aos níveis e etapas de ensino da educação escolar brasileira, sendo assim função do gestor escolar guiar os processos pedagógicos e técnicos que visem a não reprodução das desigualdades no campo educacional. Ainda que a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira se institucionalize por meio da Lei nº 10.639, sua inferência no currículo de formação de gestores educacionais é ausente, fazendo com que a discussão no ambiente formacional fique a critério apenas daquelas/daqueles docentes que compreendem a discussão de tal temática. De acordo com Bell Hooks (2022, p. 226):

Aceitar que todos nós fomos doutrinados no pensamento supremacista branco nos permite abandonar uma política superficial de culpa. Em vez disso, podemos nos concentrar em questões de responsabilidade e transparência. Toda solidariedade que criei para além das diferenças se baseia em um fundamento de responsabilidade - uma crença de que, independentemente da nossa socialização, somos sempre responsáveis quando escolhemos em que acreditar e como agir.

Dessa forma, compreendemos que de forma coletiva e democrática, junto aos discentes-gestores e aos docentes do curso de especialização em Gestão Educacional conseguiremos elaborar um projeto político pedagógico que vise a não culpabilização de autores pela ausência desta temática, mas sim, a responsabilidade de todas/todos que frente a este processo de atualização. Visamos ainda a possibilidade do PPP do curso de especialização em gestão escolar, vinculado à Universidade Federal de Alagoas em compreender o seu público-alvo e a maneira pela qual as desigualdades sociais estão imbricadas não somente nas experiências escolares de estudantes da educação básica, mas também nos próprios discentes do referido curso de especialização em gestão educacional. Sendo assim, conseguiremos cada vez mais uma formação consolidada no embate as desigualdades sociais, que vise o direito assegurado pelo ordenamento legal brasileiro: o acesso e permanência na educação escolar.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade: feminismos plurais. São Paulo: Polén, 2019.

ALBUQUERQUE, Maria Clara Rêgo Tenório. Interferências das categorias classe e gênero na (não) escolha dos estudantes pelo curso de Pedagogia: um estudo sobre os ingressantes do curso de Pedagogia da Ufal. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2021.

APPLE, Michael W. Ideologia e Currículo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

APPLE, Michael W. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. Caderno de pesquisa. São Paulo, n. 60, p. 3-14, fev. 1987. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/search/search?csrfToken=8951a3a3e035d2a0db3341d16c742176&query=apple>. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 27 de nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 20 de dezembro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20n%20,22%2C%20e%20d%20C3%A1%20outras%20provid%20C3%AAncias Acesso de 27 de nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº. 01, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, [2004]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> Acesso em 27 de nov. 2023.

COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (CIED). Projeto pedagógico do curso Lato Sensu de especialização em gestão escolar. Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2022.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 1994.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos na luta pela emancipação. Petrópolis: Editora Vozes. 2019.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar do negro. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. Teoria feminista: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2018.

- HOOKS, Bell. o feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 16ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021a.
- HOOKS, Bell. e eu não sou uma mulher? : mulheres negras e o feminismo. 9.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021b.
- HOOKS, Bell. escrever além da raça: teoria e prática. São Paulo: Elefante. 2022.
- MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Alámo. Um rigor outro: sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 21 ed. 2002, p. 9-29.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1999.
- RATTS, Alex; RIOS, Flavia. Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo Negro. 2010.
- RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo Afro-latinoamericano: Ensaio, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar. 2020.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009.
- VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-35.